

TUXAUA

SECRETARIA DE FORMAÇÃO

10 de fevereiro de 2017 | Número 036

BOLETIM INFORMATIVO



FETEC **GUT**
Centro Norte

O ataque aos bancos públicos brasileiros serve para justificar o retorno das privatizações

Helena Borges



A era das privatizações está de volta. Basta olhar o pacote de recuperação fiscal que está sendo negociado entre o governo federal e o governo do Rio Grande do Sul para confirmar: estão na mira a Companhia Estadual de Energia Elétrica, a Companhia Riograndense de Mineração, a Sulgás e o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Barrisul).

O banco estadual é considerado “a joia da coroa” gaúcha, nas palavras do ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha. Já o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, admitiu que sua venda “vai fazer parte das discussões” sobre “o que será necessário” para a recuperação do estado.

A venda do Barrisul como tábua de salvação para a economia faz parte de uma série de ataques feitos aos bancos públicos brasileiros nos últimos anos. Representa também o retorno à política de Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente que deu fôlego às privatizações. Entre outras empresas públicas, vendeu principalmente bancos estaduais.

Hoje, restam abertos 5 bancos estaduais.

“O valor de um Barrisul privatizado seria de pelo menos duas vezes o valor atual”

Meirelles confirmou os interesses na privatização do banco gaúcho na quinta-feira passada, 26 de janeiro. Pouco mais de 24 horas depois, as ações do Barrisul registraram um aumento acumulado de 22,5% entre quinta e sexta-feira. A alta foi tão repentina que, no dia seguinte ao anúncio, o banco precisou emitir um comunicado ao mercado a pedido da Bovespa para “justificar a movimentação atípica de ações”. O texto, no entanto, não menciona o ministro, mas aponta como motivo da corrida por ações uma publicação jornalística:

“A movimentação atípica se deu a partir da matéria publicada pelo jornal Valor Econômico que, em seu artigo de capa e em versão eletrônica, colocou a privatização do Barrisul como condição para ajuda do Governo Federal ao Estado do Rio Grande do Sul.”

O anúncio da análise sobre a possibilidade de venda do banco foi o suficiente para deixar o mercado financeiro ouriçado. O banco BTG Pactual, segundo o site InfoMoney, já prevê que “o valor de um Barrisul privatizado seria de pelo menos duas vezes o valor atual”. Já o presidente do banco Santander, Sergio Rial, disse se considerar “obrigado” a avaliar a oportunidade, segundo o jornal Zero Hora.

O professor de economia Fabrício Jose Missio, da Universidade Federal de Minas Gerais (CEDEPLAR/UFMG), afirma que, pelo posicionamento do governador gaúcho — de redução do tamanho do Estado e da venda de estatais — e dada a crise econômica do estado, “é provável que essa discussão siga em frente e que aconteça, de fato, a privatização”. Tamanho interesse pelo banco gaúcho pode estar no fato de que a instituição renovou, em maio de 2016, o contrato exclusivo de dez anos

para fazer o pagamento dos servidores do estado. O banco pagou R\$ 1,27 bilhão para se manter o único operador dos salários do funcionalismo. No final de setembro de 2016, seus 45 mil consorciados lhe rendiam um saldo de ativos totais de R\$67,8 bilhões. O banco tem 536 agências distribuídas pelo país e no exterior, com 11.255 funcionários.

Ironicamente, o Rio Grande do Sul está entre os estados listados com maiores problemas financeiros, com salários atrasados. “Existe uma expectativa, por parte da iniciativa privada, de gerenciar essa carteira que gera muito dinheiro”, explica Missio.

Há uma lógica perniciosa que motiva este interesse da iniciativa privada pelo Barrisul. Além de ser uma folha de pagamento robusta, já que todos os servidores do estado passam a ser obrigados a ter conta no banco, os débitos desses servidores também tendem a ser atrelados ao banco de sua conta salário. E, em tempo de crise econômica e salários atrasados ou parcelados, a tendência é de aumento do endividamento com empréstimos e cheque especial, que geram lucros para o banco a partir da cobrança de juros. A taxa de cheque especial em 2016, por exemplo, no Barrisul girou em torno de 12% enquanto no Santander ficou na faixa dos 15%.

“O neoliberalismo regressou, voltou também a discussão sobre a privatização”

O ataque aos bancos públicos começa em 2009. O motivo central das críticas feitas por analistas da imprensa tradicional era o aumento nos repasses feitos do Tesouro Nacional para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A ideia, então, era estimular a economia com mais financiamentos direcionados em investimentos que se convertessem em emprego e produção para combater a crise econômica. Entre 2009 e 2014, o Tesouro transferiu cerca de R\$ 411 bilhões ao BNDES. Essas medidas foram então elogiadas até mesmo pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). A pesquisadora da Unicamp Maria Cristina Penido de Freitas, doutora em economia pela Universidade de Paris, explica que, após o impeachment, o cenário mudou:

“Agora que mudou o governo, que o neoliberalismo regressou, voltou também a discussão sobre a privatização, que era uma discussão da época do FHC. Com a crise dos estados, vão aproveitar para vender o que ainda é público. Estão ressuscitado até a ideia de fundir a Caixa ao Banco do Brasil.”

“O argumento de que um banco público não é eficiente é absolutamente ideológico”

Mais do que a venda, entre os bancos federais tem se destacado a mudança de gestão voltada para os interesses do mercado. Eles estão agindo sob a mentalidade de bancos privados, que focam no lucro, e, com isso, o país perde. Mudanças recentes no Banco do Brasil, por exemplo, demonstraram um interesse maior em aumentar a rentabilidade e “melhorar a eficiência operacional”. Em outubro, BB e Caixa chegaram a manter juros mais altos do que os de bancos privados.

“Se é para se comportar como banco privado, então privatiza”, critica a professora de economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Denise Gentil. Ela explica a diferença entre os posicionamentos e a importância de bancos públicos:



“O resultado que um banco público quer colher é o progresso. Eles podem correr o risco de fazer empréstimos de longo prazo que os bancos privados não fazem, porque têm um objetivo de retorno a curto prazo como lucro elevado.

Por isso, numa crise, os bancos privados se protegem. Então eles correm para outros ativos que não são de interesse coletivo, eles se preservam da crise. Eles param de emprestar, como vimos em sua forma mais dura no Rio de Janeiro, onde alguns serviços foram vetados.”

O Brasil já tem um número restrito de bancos. Dos quatro maiores (Banco do Brasil, Itaú, Caixa e Bradesco), dois são federais. Juntos, os quatro detêm 72,4% do mercado. Isso faz aumentar a importância dos dois principais bancos públicos, porque não existe competição forte que faça, por exemplo, as instituições disputarem na oferta de empréstimos. Ou seja, a alta concentração bancária diminui a oferta de crédito.

“A questão é que as taxas de lucro dos bancos no Brasil são absurdamente altas”, explica Freitas. Entre julho e setembro de 2016, o Banco do Brasil teve um lucro líquido de R\$2,337 bilhões de reais. Para ela, não é necessário que bancos públicos tenham taxas de juros tão elevadas quanto as privadas e não se pode avaliar um banco público com os critérios de bancos privados, porque seus objetivos são diferentes: “O argumento de que um banco público não é eficiente é absolutamente ideológico”.

“A alta concentração bancária e os juros altos sempre vão afetar a parcela mais pobre da população”

Quem acaba sofrendo mais com essas mudanças de posicionamento dos bancos federais é a população mais pobre, que é cliente de empréstimos menores. Os serviços dos quais ela depende não interessam aos bancos privados, que focam em empréstimos de altas quantias a curto prazo, porque dão mais lucro.

Da mesma forma as agências fechadas em regiões para fora do ciclo Rio-São Paulo, onde está o maior peso da economia, também não interessam por não gerarem tanta lucratividade. É o que explica Missio: “Quando o Banco do Brasil fecha agências, por exemplo, você pode ter certeza que quem vai sofrer mais vai ser a população rural familiar. Porque não estamos falando de um país como a Inglaterra, que tem uma agência bancária em cada esquina. A alta concentração bancária e os juros altos sempre vão afetar a parcela mais pobre da população.”

Finalmente, os juros dos bancos federais ficarem mais altos do que o dos particulares é, segundo o professor, “um ajuste no tamanho do Estado” e “uma estratégia para fortalecer os bancos privados que, junto da Fiesp, são os principais apoiadores do processo de impeachment”.

Ou seja, a conta chegou.

<https://theintercept.com/2017/01/30/o-ataque-aos-bancos-publicos-brasileiros-serve-para-justificar-o-retorno-das-privatizacoes/>

Leia também:

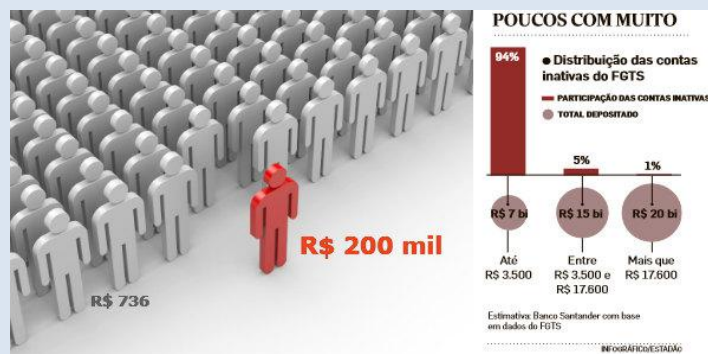
<http://www.terrasemmalas.com.br/sonho-da-carreira-estavel-vira-pesadelo-no-banco-do-brasil/>

<http://www.feteccn.com.br/noticia/caixa-instala-pdve-sindicato-cobra-mais-transparencia-no-processo/>

<http://www.sul21.com.br/jornal/oposicao-diz-que-sartori-faz-jogada-ensaiada-com-governo-federal-e-midia-para-vender-banrisul-base-nega/>

Números tornam evidente: liberação do FGTS é presente para ricos e bancos

Fernando Brito



É espantoso como a imprensa brasileira esconde o óbvio e dependemos que um banco estrangeiro – o Santander – levante os números para mostrar o que é tão evidente que foi apontado aqui no próprio dia do anúncio da liberação das contas inativas do FGTS: o grosso do dinheiro não vai para aliviar os trabalhadores ou reaquecer o consumo e a economia, vai é engordar os fundos de investimento regidos pelos bancos e corretoras e alimentar a especulação com juros.

Os dados do banco espanhol, publicados hoje pelo Estadão (por enquanto só na edição impressa) são incontestáveis.

Dos estimados R\$ 41 bilhões que hoje estão na conta do Fundo, para financiar habitações, saneamento e infraestrutura, a metade – R\$ 20 bilhões – serão liberados para apenas 100 mil cotistas – 1,2% do total – que têm saldo superior a R\$ 17,6 mil, ou 20 salários mínimos de dezembro, data de referência dos valores.

Isso que dizer, na média (que ainda não é a mensuração correta, porque a pirâmide sempre concentra valores mais altos nas mãos de menos pessoas) estes felizardos levam, cada um R\$ 200 mil, que serão avidamente disputados pelo sistema bancário.

O grupo intermediário – com direito a saque de valores entre cinco a 20 salários mínimos de dezembro (R\$ 3,5 mil a R\$ 17,6 mil) concentra outros 37% do valor total, embora corresponda a apenas 5% do total de inscritos. E a multidão de 9,5 milhões de trabalhadores – ou 94% dos cotistas – têm saldo entre zero e R\$ 3,5 mil, que dá uma média- com todas as ressalvas que se fez, antes à precisão da média, nestes casos – de R\$ 736 por cabeça. Esse é o dinheiro que vai para “limpar no nome” no Serasa, acertar o carnê, pagar as contas atrasadas...

É tão pouco que o próprio Santander diz que “mesmo na hipótese altamente improvável de que todos os recursos sejam destinados ao pagamento de dívidas, o impacto seria “limitado” que, ainda que com essa” premissa extrema, o efeito máximo ficaria longe de ser considerado significativo”, dizem os analistas do banco.

No caso extremo e improvável em que trabalhadores usassem todo o dinheiro inativo para quitar dívidas, o comprometimento da renda das famílias cairia até 0,60 ponto porcentual e a inadimplência diminuiria até 0,15 ponto. (...) Nesse cenário improvável, o comprometimento da renda das famílias com dívidas cairia de 22,2% em novembro para algo próximo de 21,6%.

O efeito sobre o consumo, claro, será também pífio.

Mas os gerentes de banco já estão sendo orientados a oferecer aplicações generosas (para os clientes e mais ainda para as instituições financeiras) para os que tiverem valores expressivos a sacar.

Como se escreveu aqui, mesmo sem números que permitissem uma estimativa mais detalhada como a do Santander, era um cenário antevisto, sobre o qual faltou à reportagem (reportagem?) dos jornais solicitar o perfil das contas inativas para traçar com precisão o retrato do que todos sabiam e quase ninguém escreveu: “O destino do dinheiro grosso, como sempre no Brasil, é o mercado financeiro.”

<http://www.tijolaco.com.br/blog/numeros-tornam-evidente-liberacao-do-fgts-e-presente-para-ricos-e-bancos/>

Xadrez da criminalização dos fundos de pensão

Luis Nassif

Depois de arrebentar com o sistema de infraestrutura no país, o Ministério Público Federal prepara suas duas novas ofensivas: a desmoralização do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social) e a criminalização dos fundos de pensão, através da Operação Greenfield.

Se não começar a ter um mínimo de discernimento, se não houver uma liderança bem informada, mostrando a importância de preservar setores, essa multiplicação de forças tarefas, com suas parcerias midiáticas, arrebentará com o que resta de perspectiva econômica do país.

Peça 1 – o papel dos fundos de pensão

Em todos os países desenvolvidos, os fundos de pensão são os principais investidores em projetos de infraestrutura, por suas características de longo prazo e rentabilidade estável.

Em economias desenvolvidas, o mercado de capitais é importante fonte de capitalização das empresas. Hoje em dia, nos Estados Unidos, o maior fator de renovação tecnológica são os chamados *venture capital*, investindo em startups (empresas recém-criadas).

No Brasil, embora ainda longe dos padrões internacionais, os fundos de pensão assumiram uma relevância enorme. Em abril de 2016, as 250 entidades tinham patrimônio total de R\$ 721 bilhões, ou 12,6% do PIB nacional. Ou seja, em qualquer modelo econômico, são peças fundamentais para o financiamento da infraestrutura.

Na última década, os fundos de pensão públicos foram desafiados em duas frentes.

A primeira, a capitalização dos grandes projetos de infraestrutura. A segunda, o estímulo ao mercado de capitais e às empresas startups. Foi um movimento que envolveu a Finep (Financiadora de Estudos e Pesquisas) e as Fundações de Amparo à Pesquisa e veio amparado em mudanças legais relevantes.

Em 2004, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) reformulou a legislação sobre Fundos de Investimento em Participação (FIP), visando estimular as chamadas empresas nascentes, através dos *private equity* e *venture capital*.

O segundo movimento foi através do Conselho Monetário Nacional (CMN) normatizando o mercado de gestão de ativos, visando uma diversificação do portfólio. Com a Resolução 3792, de setembro de 2009, o CMN ampliou o percentual para aplicação dos recursos dos fundos de pensão em renda variável, passando do limite de 50% para 70%. Procurou estimular os recursos para os Fundos de Investimento em Participações (FIP's), Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC's) e Fundos Imobiliários (FII's). Na Greenfield, os alvos principais são justamente os FIPs, FIDCs, e FIIS. Antes disso, a transição da renda fixa tinha sido lenta. Em parte, pelas taxas de juros extremamente elevadas. Em abril de 2016, apenas 10,6% das carteiras estavam fora da renda fixa. Dentre os dez maiores fundos, 76% dos ativos correspondiam à renda fixa.

Em parte, pela imensa dificuldade com órgãos de controle. Uma das características do *venture capital* são as apostas de maior risco. Nos EUA, aceitam-se 9 apostas erradas em cada 10. Isso porque, com a explosão de novas tecnologias rompendo com padrões históricos, a jazida de ouro não será localizada em empresas convencionais. No entanto, no Brasil, se um fundo público tiver uma margem de acerto de 9 entre 10 empresas, o investimento que fracassou será alvo único dos órgãos de controle.

Peça 2 – a governança nos fundos de pensão

A partir de 2003 os fundos passaram por amplo processo de profissionalização. As decisões de investimento precisavam passar por comitês de investimento, com participação de representantes dos funcionários e todas as reuniões passaram a ser gravadas. No caso da Funcef, o patrimônio saltou de R\$ 9,7 bilhões em 2002 para R\$ 44 bilhões em 2010, com uma rentabilidade de 310% contra uma meta atuarial de 154%.

A modernização da legislação dos fundos começou em 2001 com as Leis Complementares 108 e 109. Em 2007 foi criada a PREVIC, para fiscalizar os fundos, em substituição à Secretária de Previdência Complementar do Ministério da Previdência.

Para evitar a repetição de déficits, a maioria dos planos conseguiu implementar o sistema de contribuição definida, em lugar dos antigos planos de benefício definido. Foi um avanço até hoje não conquistado nos Estados Unidos.

A melhoria da regulação não impediu que a politização de alguns fundos gerasse escândalos de monta, como foi o caso da Real Grandeza, de Furnas, que ficou sob domínio da quadrilha de Eduardo Cunha, e o Postalís, dos Correios, durante certo período sob controle de outra quadrilha que enfiou debêntures podres na carteira do fundo.

Mas, no geral, a indústria dos fundos comportou-se de maneira profissional e saudável, especialmente os fundos maiores e mais profissionalizados. O bom desempenho no período 2003 a 2010 foi calçado da governança implementada mas, também, no quadro de crescimento econômico.

Peça 3 – os fundos e a crise global

A crise de 2008 desequilibrou os preços dos ativos globalmente, trazendo desequilíbrios à indústria de fundos mundial.

Especialmente no caso de renda variável, há uma enorme influência da conjuntura econômica sobre o valor dos ativos. Por exemplo, os ativos que operavam no mercado de commodities – petróleo, alumínio, soja, níquel etc. – sofreram tremenda valorização no período de boom. Quando o mercado veio abaixo, obviamente os valores dos ativos despencaram. Ocorreu com a Vale, com mineradoras britânicas, australianas, sul-africanas. E ocorreu com a Petrobras no infausto episódio de Pasadena no qual a queda dos preços do petróleo impactou todos os ativos do setor.

A crise internacional impactou a maioria dos fundos de pensão internacionais devido à queda dos mercados. Relatório do JP Morgan, por exemplo, mostrava que em junho de 2015 o total de ativos dos fundos públicos norte-americanos correspondiam a apenas 69% do total de suas obrigações. No caso de fundos ligados a empresas privadas, o déficit global chegava a 20%.

No caso brasileiro, os fundos foram salvos pelo desequilíbrio das taxas de juros extremamente elevadas. Em abril de 2016 o déficit global era de R\$ 55,3 bilhões, com 93 fundos com resultados negativos e 133 com superávits.

Aí começaram as confusões intencionais ou não. Uma delas foi a confusão entre déficit atuarial e rombo. O déficit atuarial surge quando a capitalização do fundo não atende à previsão de benefícios futuros. Sempre ocorre em períodos de recessão econômica. O rombo decorre de malversação de recursos e de volumes significativos de maus investimentos.

Peça 4 - a criminalização dos fundos de pensão.

Mesmo com esses avanços, a Operação Greenfield parece ter a nítida pré-posição de criminalizar a atividade dos fundos de pensão. E é um caso a mais para comprovar os malefícios do uso indiscriminado de vazamentos para criar situações de fato

Todas as decisões da Funcef são colegiadas e todas as reuniões gravadas. Quando a Operação foi iniciada, a Funcef disponibilizou as gravações para os procuradores. Ali haveria material à vontade para um bom trabalho técnico, criterioso, responsável, separando os golpes reais das decisões de investimento que foram superadas pela mudança de cenário.

Logo depois de disponibilizadas as gravações, uma revista semanal estampou parte dos diálogos gravados da Funcef, em tom de denúncia e como fosse uma descoberta dos procuradores da Greenfield. Há tempos procuradores recorrem ao estratagemas de vazar uma informação, criar um escândalo e com base na publicação tomar medidas legais. Em 2002 já denunciava isso (<http://glurl.co/n54> e <http://glurl.co/n55>). Não sei se se trata do caso da Greenfield, mas a maneira como as conversas foram vazadas sugerem que sim.



Investimentos “greenfield” em geral são de difícil precificação. E bastante suscetíveis ao momento econômico. Por isso mesmo, booms ou crises econômicas afetam diretamente seu valor de mercado. No entanto, os procuradores da Greenfield estão praticando o subjetivismo persecutório até em cima de investimentos de fácil precificação – como os imobiliários.

Em 2015 foi aberta uma Ação Civil Pública, que motivou a CPI dos Fundos de Pensão. O que motivou a CPI foi a compra de um terreno em Cajamar baseado em reportagens de uma revista semanal. Segundo a reportagem, o terreno valeria R\$ 90 milhões e o Postalis teria pago R\$ 190 milhões.

O MPF do Distrito Federal ingressou com ação baseada em denúncia anônima. E engrossou a denúncia com argumentos periféricos, de que o investimento não batia com a política do Postalis. Foi distribuída a ação com pedido de indisponibilidade de bens dos dirigentes do fundo.

A alegação da defesa foi a de que o Postalis não havia comprado terreno, mas o negócio. Os Correios queriam um centro de distribuição e queriam comprar negócio próprio. A região foi escolhida com base na demanda e nas facilidades logísticas, com saída fácil para a Bandeirantes e Anhanguera, próximo a Viracopos. Uma empresa apresentou a proposta. Houve um laudo de avaliação da Richard Ellis que concluiu que o negócio valeria entre R\$ 170 milhões e R\$ 220 milhões.

Comprou-se o terreno, mas a construção sob medida, a terraplanagem, a licença ambiental, a estrutura de fibras óticas e a construção própria para caminhões de grande peso.

O MPF avaliou o negócio em R\$ 90 milhões tomando por base apenas a denúncia anônima, sem nenhum laudo que reforçasse a avaliação. Mesmo assim o MPF ingressou com a ação e a juíza determinou preventivamente o bloqueio de bens de pessoas físicas e da empresa. A defesa pediu produção antecipada de provas e a juíza nomeou um perito. O MPF designou engenheiros para acompanhar a avaliação.

Deferida a perícia, sua conclusão foi a de que não havia nenhum embasamento na avaliação do MPF. Acusou o MPF de imperícia e apontou um valor de negócio de R\$ 227 milhões, em valores de janeiro de 2014.

O MPF questionou o perito, mas este manteve o laudo. Em dezembro a juíza considerou que a opinião do perito havia sido clara e não havia fundamento para manter o bloqueio dos bens dos investigados.

O MPF rapidamente agravou da decisão para manter o bloqueio. Distribuído no final do ano, conseguiu que o desembargador de plantão do STJ (Superior Tribunal de Justiça) suspendesse a decisão. A defesa agravou para o TJ e o desembargador Nery Junior negou o efeito suspensivo pleiteado pelo MPF.

A decisão demonstra que muitas vezes o MPF trata denúncias de maneira açodada, com base em suposições ou no que sai nos jornais. E, com isso, acaba com a vida de pessoas. No caso, não bastaram laudos de empresas de consultoria internacionais. Valeu uma denúncia anônima que saiu impressa e que pode ter sido alimentada pela própria força tarefa.

Agora, surgem indícios de mudanças que estariam sendo operadas no âmbito da Polícia Federal visando conferir seletividade nas operações contra os fundos de pensão (<http://glurl.co/h5E>), tentando afastar justamente a geração que conseguiu implementar critérios de governança.

<http://jornalggn.com.br/noticia/xadrez-da-criminalizacao-dos-fundos-de-pensao>

É falácia a justificativa do governo para retirar direitos

Seminário do DIEESE aposta em formação e unidade das Centrais para barrar reformas



Representantes das Centrais na mesa de encerramento do Seminário; em destaque Graça Costa da CUT

O governo e a mídia argumentam que é urgente a Reforma da Previdência, proposta que inclui retirada direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. Essa tese caiu por terra definitivamente no “Seminário Reforma da Previdência: desafios e ação sindical”. O evento foi organizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e Centrais Sindicais e realizado nos dias 07 e 08 em São Paulo.

Para o economista do DIEESE, Clemente Ganz Lúcio, “a luta é contra aqueles que querem desmobilizar e destruir toda aquela luta em 1988, na conquista da Constituinte”. Para ele, a Reforma da Previdência significa os maiores desmontes institucional e social da nossa história. “Nós temos a certeza que a única chance de nós fazermos o enfrentamento e possibilidade de reverter esse jogo é com nossa unidade. O nosso desafio será ir aos mais de cinco mil municípios mobilizar a classe trabalhadora para esse enfrentamento”, aponta. “A ideia é que este seminário percorra todos os estados deste país junto com as centrais sindicais”, destacou.

Ficou claro nos painéis apresentados no seminário que a classe trabalhadora não pode contar com o Congresso Nacional que tem mais de 400 parlamentares da base do governo. E para a CUT é impensável sentar pra negociar esta reforma imposta pelo governo porque não é uma campanha salarial.

“Na campanha salarial nós apresentamos a nossa pauta e vamos cobrar para o processo de negociação e com mobilização nós podemos garantir muitos ganhos. O que nós temos é uma pauta do GOVERNO, não é da classe trabalhadora. E é uma pauta para TIRAR direitos, para desmontar o Estado brasileiro. Não cabe sentar-se à mesa para negociar retirada de direitos. E quem trair a classe trabalhadora ficará marcado na história da luta de classe”, destacou a Secretária de Relações do Trabalho da CUT, Graça Costa.

“Nós temos que barrar essa reforma, porque derrotaremos também o que está em curso neste país, que é o desmonte do Estado de bem social que foi duramente conquistado”, completa.

Dirigentes sindicais, assessores políticos e especialistas que participaram da atividade saíram convencidos sobre a necessidade de multiplicar as informações para toda a sociedade contrapor a narrativa imposta pela mídia e pelo governo na sociedade.

“O seminário nos proporcionou informações mais profundas sobre a reforma da previdência. Agora é levar para toda a população e para toda a classe trabalhadora para que se mobilize e evitar o pior. Estamos em guerra. É uma guerra desigual! Se não formos pra rua não vamos vencer esta batalha”, disse a servidora federal de Pernambuco, entidade ligada a CUT, Maria das Graças de Oliveira.

Alexandro Carvalho, dirigente do Sindicato dos metroviários de SP participou do seminário com intuito de obter formação e entender o conjunto da reforma para barrar este retrocesso.

“Foi um seminário didático e muito importante para contrapor a campanha do governo”. Alexandre classifica a reforma muito pior do que imaginava. “É uma mudança que exclui a classe trabalhadora, acaba com o conceito da seguridade social e acaba com a proteção social da classe trabalhadora”.

“Nossa opinião é de que não há outra saída sem uma greve geral, para o país e para isso é determinante a unidade das centrais sindicais”, finalizou Alexandre.

<https://www.cut.org.br/noticias/e-falacia-as-justificativas-do-governo-para-retirar-direitos-aponta-seminario-b9e1/>

Análise

Quando o desemprego é um projeto

Não se trata de barbearagem: elite financeira que dirige o governo agiu conscientemente para reduzir a ocupação, os salários e o consumo interno. Dito e feito!

Por Paulo Kliass, na Carta Maior

O mês de janeiro começa a se despedir, mas não sem perder a oportunidade de oferecer ao conjunto de nossa sociedade uma nova leva dos péssimos números a respeito do desempenho da economia brasileira. Os responsáveis pelo governo bem que tentam ensaiar uma ginástica retórica para tentar justificar o que não conseguem. E dá-lhe blábláblá a respeito da chamada “herança maldita” que teriam recebido dos governos anteriores ou a conhecida derrapada pela direita, esquecendo o momento atual e apontando para esperados cenários futuro de “despiora”. Sim, pois os brasileiros somos mesmo incomparáveis na criação de neologismos para fugir do enfrentamento da realidade concreta em que vivemos. Enfim, no entender de alguns “especialistas” deveríamos nos contentar pois se ainda não melhorou, ao menos já teria deixado de piorar. Sic!

Nessa inglória tarefa, o Palácio do Planalto e a turma da equipe econômica sempre recebem um empurrãozinho – que não pode ser negligenciado em hipótese alguma! – dos seus comparsas dos grandes meios de comunicação. Afinal, todo mundo havia recebido uma apólice de seguro inquebrantável. De acordo com tal garantia, bastaria derrubar a Dilma e substituir os responsáveis da área econômica por uma equipe técnica e competente. Em resumo, pleiteavam a instalação plena da fina flor do financismo no poder, desta vez sem maiores intermediários. E pronto! A partir de então, a fadinha mágica das expectativas se encarregaria de colocar o país nos eixos.

Ocorre que o jogo da política econômica é muito mais complicado do que imaginavam os golpistas de plantão. A opção pela política do austericídio já vinha sendo implementada muito antes da votação definitiva do impeachment. Não nos esqueçamos de que Dilma havia nomeado Joaquim Levy para comandar o Ministério da Fazenda em seu segundo mandato. Ao romper com os compromissos assumidos durante a batalha eleitoral de outubro de 2014, ela caiu na triste ilusão de que poderia convencer a elite empresarial e política de sua nova disposição. Ou seja, a suposição de que poderia fazer o serviço sujo e se manter no poder a qualquer custo.

Resultado do austericídio em ação.

Forçar a barra pela via da manutenção da política monetária arrochada e, simultaneamente, promover uma política de contenção fiscal acentuada só poderia dar no que deu. É o caminho para o suicídio político, social e econômico pela via da austeridade. Taxa de juros nas alturas combinada a cortes orçamentários draconianos empurrou o Brasil na ladeira abaixo da recessão e da estagnação econômicas. Essa, aliás, era a única receita oficial dos neoliberais sedentos por sangue para promover o sacrossanto “equilíbrio”. Seus porta vozes não se cansavam de afirmar, sem o menor pudor nem constrangimento, que o país necessitava reduzir a demanda por todos os meios, pois estaríamos vivendo acima de nossas capacidades. E assim procederam. A redução do ritmo da atividade econômica era uma condição desejada, um objetivo a ser alcançado. Um crime premeditado.

A consumação do golpe acelerou esse processo, uma vez que a dupla colocada por Temer no comando da economia contava com todo o apoio do establishment empresarial. Assim, foram mais sinceros e autênticos na condução do desastre. O ex-presidente do Bank of Boston e o diretor do Banco Itaú passaram a ditar as regras da política econômica. A obsessão com a obtenção de cortes expressivos nas despesas públicas foi levada ao extremo, ao passo que a suposta “neutralidade técnica” do BC para a política monetária significou a manutenção da SELIC nas alturas. A situação só começou a mudar um pouco a partir da virada do ano, quando até mesmo os dirigentes políticos do campo conservador começaram a sentir a pressão de suas bases por mudança na orientação recessionista. E tem início, a partir de então, um jogo desesperado de caça por boas notícias no front da economia. Tarefa inútil. O jogo já estava em andamento na direção do precipício. A ponte para o futuro transformara-se na pinguela instável da travessia destemperada.

Ginástica retórica da grande imprensa.

Os garimpeiros de informações alentadoras viram-se obrigados a se contentar com a métrica do “pelo menos deixou de piorar tanto”. Como justificar que a tão prometida mudança nos rumos da economia não deu o ar da graça nem mesmo após a chegada da nova equipe, supostamente tão técnica e competente? A grande imprensa nunca teve tanto trabalho para dourar uma pílula que insiste em revelar o tamanho da desgraça em que estamos afundados. A dívida pública continua batendo todos os recordes; ah, mas diminuiu a percentagem de crescimento do endividamento. A taxa real de juros e os custos ao tomador de empréstimos estouram os limites a cada dia; ah, mas a SELIC foi reduzida. O ritmo da atividade econômica segue sendo negativo em todas as abordagens e setores; ah, mas a cada semana se aposta que “finalmente chegamos ao fundo do poço”. O déficit fiscal para 2016 bateu todos os recordes históricos; ah, mas agora vai melhorar. E por aí vão firmes, sempre na defesa do indefensável.

Um dos aspectos mais dramáticos do austericídio em ação é o desemprego. Normalmente tratado pelos economistas de planilha como “apenas” um número a mais, essa postura procura esconder o quadro social e político de famílias inteiras deixadas ao mais puro abandono. Ora, se a recessão é mesmo uma necessidade, a perda dos postos de trabalho e da renda daí derivada não é mais do que mera contingência. Nada tão sério ou preocupante assim, pois as próprias forças do livre mercado encarregar-se-ão de promover a justiça e nos encaminharão ao novo equilíbrio.

Os números divulgados há pouco pelo IBGE são alarmantes. O ano de 2016 fechou com um desemprego médio de 11,5%. Isso significa que 12,3 milhões de cidadãos estavam sem posto de trabalho e sem a remuneração associada à atividade laboral. Esse dado escancara a triste realidade de que já são mais de 30 milhões de pessoas atingidas por tal quadro de elevada gravidade. Some-se a tal situação a redução significativa nas verbas públicas destinadas à assistência social, ao auxílio desemprego, à previdência social, à saúde, à educação, em um momento em que elas são ainda mais do que necessárias. Na verdade, o que mais surpreende é o fato de a panela de explosão ainda não ter estourado até o momento atual.

Desemprego e queda salarial: novos recordes

Esses dados do desemprego representam novo recorde. Desde que a nova metodologia da pesquisa foi iniciada, há alguns anos atrás, nunca se havia chegado a tal nível. Em 2012, 2013 e 2014, por exemplo, a taxa havia permanecido abaixo dos 7%. A opção pelo caminho radical da ortodoxia fiscalista, porém, inverteu a tendência e o desemprego começou a crescer a cada mês de sua apuração. Em dezembro de 2015 chegou a 9% e agora no final do ano passado a PNAID registrou 12%.

Além do aumento dos desempregados, a mesma pesquisa realizada pelo IBGE revela uma queda na remuneração dos que ainda conseguiram manter seus postos de trabalho nessa conjuntura recessiva. O rendimento médio dos ocupados caiu 2,6% em relação ao igual período do ano passado, ao mesmo tempo em que o valor real da massa total de salários caiu 1,2% na comparação entre os mesmos períodos. Vale acrescentar que o nível de endividamento das famílias também aumentou, sendo que parcela crescente da renda se destina a pagamento de encargos financeiros de compromissos assumidos anteriormente. Como imaginar a retomada do crescimento da economia apenas com esses elementos?

Nem o mais estúpido dos otimistas poderia imaginar que essa combinação explosiva de juros altos com cortes orçamentários iria dar em outra coisa que não o agravamento da recessão e da crise social. O governo está colhendo o que foi plantado por ele mesmo e também pelos responsáveis anteriores do austericídio em suas versões 1.0 e 2.0. Apesar do imenso estrago provocado por tais equívocos, ainda é possível retomar a via do crescimento. Mas para isso é necessário uma mudança profunda na política econômica, com a redução “de fato” da taxa de juros e a recuperação da capacidade do Estado na condução das políticas públicas.

Em suma, trata-se de um projeto urgente e que exige um novo governo. Uma equipe e um programa que se apresentem perante a sociedade com a legitimidade conferida pelo voto popular e democrático.

* Paulo Kliass é doutor em Economia pela Universidade de Paris 10 e Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, carreira do governo federal.

São Paulo, 7 de Fevereiro de 2017

Circular 02_2017

Próximos passos da luta contra o governo golpista de Temer e o ajuste neoliberal contra os trabalhadores e todo povo

No dia 6 de Fevereiro de 2017, o Coletivo Nacional da Frente Brasil Popular se reuniu em São Paulo, referenciando a memória de dona Marisa Letícia, falecida na última sexta-feira. A reunião, contou com mais de 80 representantes de movimentos e organizações partidárias nacionais e delegados/as da FBP de diversos estados, aprofundou a análise da conjuntura política, econômica, nacional e internacional.

Da análise da luta de classes atual, destacou-se então a centralidade no enfrentamento às medidas do governo Golpista que pretende impor a reforma da previdência, a trabalhista e outros ataques à classe trabalhadora, bem como a ameaça que o desmonte da Petrobrás, que está em curso, a entrega da Base de Alcântara e a suspensão da construção do submarino, representa para a soberania nacional.

Partindo dessa leitura da crescente ofensiva sobre os direitos do povo brasileiro que o Governo Temer representa, definiu-se um conjunto de orientações para toda nossa militância e movimentos, conforme segue:

I- Plano de Luta de Massas:

- 1- 8 de Março – Dia internacional de lutas das Mulheres
 - a. Mobilizações nas cidades e capitais, com protagonismo das mulheres, e destaque para os impactos da Reforma da Previdência e Trabalhista sobre suas vidas.
 - b. Realizar ações nas ruas, prefeituras e agências do INSS pressionando as autoridades a atuarem com seus parlamentares contrariamente a Reforma da Previdência.
 - c. Realização de Assembleias dos professores e dos trabalhadores do município em geral, para preparar a Greve da Educação.
- 2- 15 de Março – Greve Geral da Educação por tempo indeterminado
 - a. Organizar Comitês da FBP para preparar a Greve Geral da Educação em cada município.
 - b. Pressão em Brasília entre os dias 13 e 15 de Março
 - c. Massificar a mobilização e o fechamento de escolas, envolvendo todos os setores da classe trabalhadora para sucesso da Greve, a partir do dia 15/03. A greve deve ser compromisso de todos.
 - d. Pressionar parlamentares nas suas bases.
- 3- 31 de Março – Indicativo de Mobilização Nacional Fora Temer, Diretas Já!
 - a. Debater nos estados a possibilidade de realizar um dia nacional de mobilização nesta data, fazendo a vinculação entre os dois golpes, de 1964 e 2016. Além disso, consultar as demais iniciativas de Frente sobre a unificação dessa agenda.

II- Orientações Políticas de atividades organizativas

- 1- Plenárias estaduais FBP: Organizar nas próximas semanas Plenárias da FBP nos estados para debater a construção do calendário prioritário de mobilizações.
- 2- Caravanas da FBP: Estimular a organização de caravanas da FBP percorrendo os municípios do interior do estado, com um ônibus de militantes fazendo agitação e propaganda sobre os riscos aos direitos previdenciários e trabalhistas do povo brasileiro. Promover debates sobre as Reformas onde for possível.
- 3- Base de Alcântara: inserir o debate sobre a ameaça a nossa soberania que representa a retomada da proposta de instalação de uma base militar norte-americana no Brasil. Pressionar no Senado na medida em que esse tema seja pautado.
- 4- Plano de Emergência: elaborar um Plano de Emergência com pontos básicos, de forma didática que apresentem pra sociedade uma saída para a crise econômica social e política que vivemos. O lançamento do Plano será realizado em grandes atos no 1º de Maio.

III- Encaminhamentos práticos internos:

- 1- Produzir uma cartilha da FBP sobre a Reforma da Previdência - Responsáveis: CUT, Barão, Levante, MAB, MMM.
- 2- Realização de um Curso Nacional de Formação sobre a Reforma da Previdência - Proposta de realizá-lo nos dias 29 e 30 de março, em Brasília, no SINPRO. Responsáveis: Secretaria Operativa e FBP DF
- 3- Produzir orientações mais específicas sobre as caravanas da FBP nos estados - Secretaria Operativa.
- 4- Aprofundar o debate sobre a elaboração do Plano de Emergência Nacional no coletivo da Secretaria Operativa.
- 5- Aprofundar o debate sobre o tema das Eleições 2018, a partir da operativa trazendo uma metodologia de debate nas próximas reuniões do Coletivo nacional.

Atenciosamente

Secretaria Operativa Nacional

ANEXO**Calendário Geral 1º. Semestre 2017:**

- 13 à 17 de fevereiro – Mobilização junto aos parlamentares no Congresso contra a votação da Reforma do Ensino Médio.
 20 de Fevereiro – Reunião do grupo que está debatendo “Um Projeto para o Brasil”, em São Paulo na Ação Educativa.
 8 de Março – Dia internacional de lutas das Mulheres
 8 de Março - Assembleias dos professores e trabalhadores da educação, para preparar a Greve nacional da Educação.
 13 à 15 de Março - Pressão em Brasília
 15 de Março – Início da Greve Geral da Educação
 20 de Março - Próxima reunião do Coletivo Nacional
 31 de Março – Indicativo de Mobilização Nacional Fora Temer, Diretas Já!
 10 à 17 de Abril - Jornada Nacional de Luta pela Terra e Reforma Agrária.
 1 de Maio – Dia Internacional do Trabalhador e divulgação de um manifesto com as propostas de emergência para tirar o país da crise econômica, social e política.
 Agosto - Grande Marcha Nacional Unitária a Brasília (ou antecipá-la se a conjuntura exigir).

Reforma da Previdência empurra o país para o caos, conclui seminário

Evento promovido pela Secretaria de Saúde da Fetec-CUT/CN foi realizado em Brasília no dia 03 com o apoio do SEEB/BSB e da CUT/Brasília e contou com a presença de especialistas no tema e representantes de diversas categorias.



A proposta do governo de desmonte do maior patrimônio do povo brasileiro reuniu representantes de diversas categorias no Seminário sobre Reforma da Previdência Social, realizado nesta sexta-feira (3), no auditório Adelino Cassis. O encontro foi proposto pela Federação dos Bancários do Centro Norte (Fetec-CUT/CN) e contou com o apoio do Sindicato e da CUT Brasília.

Para a mesa de debate, foram convidados a advogada e presidente da Comissão de Seguridade Social da OAB-DF, Thaís Riedel; a auditora fiscal da Receita Federal e diretora-presidente da Fundação Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip), Maria Inez Maranhão e o desembargador do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), na 10ª Região, e ex-presidente da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra), Grijalbo Fernandes Coutinho.

Segundo a advogada Thaís Riedel, falar de Previdência Social é falar de bem estar da população. Para ela, o que o governo pretende, na verdade, é reduzir direitos, diminuir o patamar protetivo da Previdência e tirar a dignidade do trabalhador.

“A Proposta de Emenda à Constituição 287 é inconstitucional, já que fere o modelo de Seguridade Social estabelecido pela Constituição Federal de 88”, afirmou a advogada.

Com a reforma da Previdência em curso para destruir o país, o magistrado Grijalbo Fernandes acredita que mais um golpe será dado no trabalhador com o projeto neoliberal de reformar as leis trabalhistas.

“Essa reforma da Previdência empurra o país direto à privatização, que vai forçar o trabalhador a contratar um plano de previdência privada. Para piorar, eles ainda querem empurrar a reforma trabalhista. Só os trabalhadores organizados podem barrar esses ataques”, defendeu o desembargador.

Déficit é falácia

Para a auditora fiscal da Receita Federal, Maria Inez, que apresentou diversos dados apurados pela Anfip, o discurso do governo de que há um déficit na Previdência não passa de falácia, uma vez que, intencionalmente, eles consideram apenas uma fonte de receita. “O que a Previdência necessita, em verdade, é de uma gestão transparente e eficaz, muito diferente do que estão tentando fazer com essa reforma. A Previdência é patrimônio do povo brasileiro e é papel de todos impedir que esse ataque destrua o bem do trabalhador”, concluiu a auditora.

De acordo com o presidente do Sindicato, Eduardo Araújo, a reforma da Previdência é o tema que está na ordem do dia, sendo fundamental a promoção de debates que dêem subsídio para que os movimentos sindical e social possam repassar à sociedade. “É preciso ter consciência de que, o que está sendo colocado, é a retirada de direitos que lutamos por anos para conquistar”, destacou Araújo.

Para presidente da Fetec Centro Norte, José Avelino, é fundamental que cada participante do seminário replique os conhecimentos adquiridos para a base. “É um momento difícil, mas contamos com o trabalho de cada representante para repassar os frutos da atividade de hoje. A reforma da Previdência afetará a todos. Nós, enquanto sindicalistas, temos um papel importante para barrar mais este golpe”, declarou.

NTEP e FAP

Na tarde desta quinta-feira (2), o doutor em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (USP), Heleno Rodrigues Filho, conduziu a oficina sobre Nexo Técnico Epidemiológico (NTEP) e sobre Fator Acidentário de Prevenção (FAP).

Durante sua exposição, o médico sanitário esclareceu que o NTEP é uma comparação entre as enfermidades que atingem determinada categoria econômica em relação às demais áreas. Entre bancários e demais trabalhadores de instituições bancárias, por exemplo, o banco de dados do INSS apresenta que os transtornos neuróticos atingem 400% mais esses trabalhadores do que os que não trabalham no ramo financeiro.

Joanna Alves
Colaboração para o Seeb Brasília

<http://www.feteccn.com.br/noticia/reforma-da-previdencia-empurra-o-pais-para-o-caos-conclui-seminario/>



Dicas



Encontro Regional de Políticas Sociais e Direitos Humanos

Objetivos: Levantar as realidades e demandas prioritárias de cada Estado e Região, debater o plano de ação e realizar análise de conjuntura na perspectiva dos Direitos Humanos e da Classe Trabalhadora, se constituindo parte do processo preparatório para o 4º Encontro Nacional.

Neste contexto de resistência da classe trabalhadora se faz necessário ampliarmos o debate sobre as políticas sociais da CUT, abrangendo os setores de educação, criança e adolescente, habitação e solo urbano, alimentação, transportes, direitos humanos e movimentos sociais. Também articular e coordenar a relação da CUT e sindicatos filiados com as organizações e entidades da sociedade civil.

Encontro Regional do Centro-Oeste

Região	Estado	Cidade	Data Prevista
Centro Oeste	Goiás	Goiânia	16 a 18/02 2017

4º Encontro Nacional

Estado	Cidade	Data Prevista
São Paulo	São Paulo	18 a 20/05 - 2017

"Eu, Daniel Blake" e a "Ponte para o futuro" no Brasil

Filme prevê o que será para os trabalhadores a "Ponte para o futuro"

"Eu, Daniel Blake" retrata a vida de um trabalhador que teve de parar de trabalhar por questões de saúde e necessita do Estado para sobreviver até conseguir voltar ao emprego onde se afastou depois de ter tido um enfarte

Embora o drama apresentado por Loach aconteça na Inglaterra, a história é universal e ganha relevância aqui no Brasil ocupado por um governo golpista que está provocando um tremendo retrocesso social ao exigir que os trabalhadores paguem a conta do buraco orçamentário de responsabilidade integral da classe dominante.

O filme não deixa de ser para os brasileiros uma mostra do que será o país se os fundamentos da proposta "Ponte para o futuro" do usurpador Michel Temer for levada até as últimas consequências.

"Eu, Daniel Blake" deveria ser exibido para debates em sindicatos e associações de trabalhadores como um alerta do que poderá acontecer no Brasil se o projeto de exigir que os trabalhadores paguem a conta da crise financeira não for estancado.

Veja o trailer: https://www.youtube.com/watch?v=ob_uqy1aouk e depois vá ao cinema.

E quem sabe não se organiza uma sessão no Sindicato...



As inscrições para as turmas dos cursos regulares de preparação para o exame de Certificação Profissional Anbima. As aulas começam no dia 6 de março e vão até 13 de março para turma de CPA 10 e até 21 de março para o CPA 20.

As aulas contam com aplicação de teste simulado e revisão geral de conteúdo, além do material didático, que é composto por apostila eletrônica e lista de exercícios.

As aulas serão ministradas na sede do Sindicato dos Bancários de Brasília (EQS 314/315), de segunda a quinta-feira, das 19h30 às 22h30, pelo economista e MBA em Finanças/Ibmeq, Agostinho Silva Filho.

Agostinho é mestrando em Gestão Econômica, professor de MBA e de treinamentos no mercado há mais de 10 anos. Analista de Valores Mobiliários, o economista é credenciado pela Comissão de Valores Mobiliários, membro da Associação dos Profissionais de Mercado de Capitais (Apimec) há mais de 17 anos

Valores

CPA 10: sindicalizados pagam R\$ 300,00 e não sindicalizados, R\$ 500,00.

CPA 20: sindicalizados pagam R\$ 500,00 e não sindicalizados, R\$ 700,00.

Os valores podem ser parcelados diretamente com o professor em até três vezes (cheque e/ou dinheiro), sendo uma parcela paga no ato.

Também é possível pagar com cartões de débito e crédito (Visa e Mastercard).

Inscrição online

Faça sua inscrição online nos links:

- CPA 10: http://bancariosdf.com.br/site/cursos/2017/cpa_10_2017_Marco_regular/

- CPA 20 http://bancariosdf.com.br/site/cursos/2017/cpa_20_2017_Marco_regular/

BOLETIM INFORMATIVO

EXECUTIVA

José Avelino Barreto Neto
Presidente

Sérgio Luiz Campos Trindade
Vice-presidente

Marly Terezinha Ferreira
Secretaria Geral

Cleiton dos Santos Silva
Secretário de Administração e Finanças

Juliano Rodrigues Braga
Secretário de Assuntos Jurídicos

Sonia Maria Rocha
Secretária Org. do Ramo Financeiro

Jacy Afonso de Melo
Secretário de Formação Sindical

Jair Moraes Gomes
Secretário de Imprensa e Divulgação

Sebastião Tavares de Oliveira
Secretário de Relações e Políticas Sindicais

Márcio Ramos Saldanha
Secretário de Relações Institucionais

Conceição de Maria Costa
Secretária de Saúde e Condições de Trabalho

Clever Bonfim
Secretária de Política de Igualdade

Edvaldo Franco Barros
Secretário de Bancos Privados

André Matias Nepomuceno
Secretário de Bancos Públicos

Edson Azevedo dos Anjos Gomes
Secretário de Política Socioambiental

Raul Lídio Pedroso Verão
Secretário de Cooperativas de Crédito

Maria Aparecida Sousa
Secretária da Mulher

Rose Lidiane Ramos de Souza
Secretária da Juventude

Manoel Parreira Matos
Secretário de Combate ao Racismo

TUXAUA

SECRETARIA DE FORMAÇÃO

O que é Tuxaua?

Tuxaua é um termo indígena cujo significado varia conforme a tribo. Entre os *sateré-mawé*, por exemplo, o grau de influência política de um tuxaua oscila segundo inúmeros critérios, como seu conhecimento sobre o tempo dos antigos (história e mitologia de sua gente), sua capacidade como orador, seu grau de generosidade, sua habilidade para conduzir os problemas internos de sua comunidade e a tônica de suas relações com os agentes da sociedade, como patrões e políticos locais.

Tuxaua, também é sinônimo daquele que observa, articula, fomenta e motiva as capacidades pessoais e coletivas de seu povo.

A liderança do Tuxaua se caracteriza pela forma consensual como é exercida. É antes de tudo um articulador das intenções do grupo e coordenador das atividades. Portanto, tem que conviver e administrar as outras instâncias de liderança que coexistem em seu espaço de vida e atuação. É, então, o articulador e mobilizador das pessoas as quais lidera e representa.

Tuxaua foi escolhido como nome deste Boletim para homenagear a população indígena, presente e representativa no Centro-norte do Brasil e que tanto tem a nos ensinar sobre organização, respeito mútuo, liderança e articulação de ações.

O Boletim tem por objetivo estimular o debate, socializar informações e agendas, especialmente as de formação, dos sindicatos filiados à FETEC-CN/CUT.

**Boletim Informativo da Secretaria de Formação
FETEC-CUT/Centro Norte**

Avenida Historiador Rubens de Mendonça, 2254, Ed. American Center. Sala 1209 - Bairro Jardim
Aclimação - Cuiabá - MT
Fone: (65) 3363 6600

E-mail: tuxaua@feteccn.com.br

